



ATUALIDADES

PERSPECTIVAS DO MERCADO DE TRABALHO E DA REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL NO GOVERNO DE LUÍS INÁCIO DA SILVA (2023/2026)

Entrevista com o Prof^o. Dr^o Amilton José Moretto¹ realizada pela Prof^a. Dr^a Valéria Ferreira Santos De Almada Lima²

1. No ano de 2022, observou-se, no Brasil, uma queda da taxa de desocupação associada a um movimento de expansão da precarização, sobretudo, sob a forma de relações de trabalho mediadas por plataformas digitais. Como você avalia as perspectivas para a conjuntura econômica no ano de 2023 e os possíveis desdobramentos no mercado de trabalho?

Depois de 2 anos de crise sanitária, o ano de 2022 foi menos dramático do ponto de vista do mercado de trabalho, ainda que a pandemia não tenha acabado, mas o fato de a maioria da população ter se vacinado e o fato de as novas variantes do vírus serem menos letais, ainda que mais contaminantes, ajudaram na retomada das atividades produtivas. Por outro lado, a economia mundial ainda sente os reflexos da pandemia e da guerra na Ucrânia, com efeitos sobre a oferta de bens e alimentos e o nível de preços.

Quando observamos os dados da PNAD contínua para o 3º trimestre de 2022 e comparamos com o mesmo trimestre de 2021, constatamos que a força de trabalho para o conjunto do país aumentou, assim como a taxa de participação. Ou seja, após o período mais crítico da crise sanitária, as pessoas voltaram ao mercado de trabalho com a Força de Trabalho crescendo mais que a população em idade de trabalho. Da mesma forma, cresceu a população ocupada, sobretudo, no setor privado e com carteira assinada, o que é um bom indicador. Isso fez reduzir o número de pessoas desocupadas e a taxa de desocupação que ficou em 8,7% da força de trabalho (9,4 milhões de pessoas) ainda um número elevado.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2007); Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA.

² Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA (2004); Professora do Departamento de Economia, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA; Pesquisadora do Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza – GAEPP; Coordenadora do Eixo Temático do Trabalho do Observatório Social e do Trabalho; Pesquisadora do CNPq, Nível II.



Deve-se salientar o crescimento do trabalho informal tanto em termos absolutos (mais 1,4 milhão de pessoas) quanto em proporção da força de trabalho. Podemos dizer que a ocupação informal contribuiu para a redução do número de desocupados, porém em situação de maior precariedade. O rendimento real médio habitualmente recebido pelos trabalhadores também cresceu em relação ao mesmo trimestre de 2021, mas está abaixo quando se compara com o mesmo período de 2020 ou de 2019, com diferenciações entre os setores de atividade.

O grande desafio será, portanto, do mercado de trabalho gerar ocupações menos precárias e estáveis, que deem remuneração e proteção adequadas aos trabalhadores para organizarem suas vidas e de suas famílias. Nesse sentido, a atuação do governo federal será importante, tanto para implementar políticas públicas que criem condições de melhoria da inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, como para direcionar as ações do setor privado, com investimento e geração de postos de trabalho de qualidade.

2. Na sua opinião, existe alguma expectativa de mudança do atual quadro de precarização das relações de trabalho e de retirada de direitos trabalhistas no Brasil no governo de Luís Inácio Lula da Silva?

Penso que no atual governo a questão do trabalho deva ganhar destaque, sobretudo, no que tange às relações de trabalho. Por essa perspectiva, haverá iniciativas para o enfrentamento da questão, o que é positivo. De toda forma, e ainda que se enfrente o processo de precarização que ocorreu com a aprovação da reforma trabalhista no período do governo Michel Temer (2016-2018), será difícil reverter o que foi feito. Dependerá da capacidade das Centrais Sindicais de mobilizar e organizar os trabalhadores para pressionar o Congresso para viabilizar a aprovação de novas diretrizes de proteção aos trabalhadores. Ademais, será preciso maior criatividade das ações do Ministério do Trabalho, sobretudo, em criar condições de fortalecimento das representações dos trabalhadores e criar políticas que respondam aos novos desafios do mercado de trabalho. Por outro lado, será preciso repensar como atuar junto aos trabalhadores do setor informal. Essa questão ficou num segundo plano nos anos 2000 quando o crescimento econômico possibilitou a abertura de novos postos de trabalho e das ações de fiscalização que fortaleceram o crescimento da formalização do trabalho. Após a crise de 2008, o



desemprego continuou baixo, mas os anos recessivos de 2015 e 2016 fizeram crescer o desemprego, desarticularam o poder de barganha dos trabalhadores e ampliaram as ocupações informais e por conta própria, que recolocaram em primeiro plano a questão da precarização do trabalho, especialmente após a reforma trabalhista e a intensificação das novas formas de utilização do trabalho por meio das plataformas digitais. O compromisso declarado do novo governo é reverter o atual quadro de precariedade no mercado de trabalho, o que pode garantir o estacamento da precarização, mas a reversão dependerá de o governo obter estabilidade e crescimento da economia para reduzir resistências tanto do setor produtivo como junto aos parlamentares.

3. Sabemos que o contexto de alta desocupação, associado ao avanço das tecnologias digitais, tem impulsionado o trabalho plataformizado, o que se aprofundou a partir da pandemia. Os setores de entrega e de transporte são as áreas mais visíveis deste processo. Na sua opinião, a expansão dessas atividades por conta própria revela-se como uma tendência irreversível no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo?

O grande desafio, parece-nos, será organizar esse contingente de trabalhadores tão heterogêneo e, especialmente, criar mecanismos de proteção social. Com a pandemia do Covid-19 ganhou destaque o trabalho dos entregadores e, agora, não somente “pizza”, mas diferentes produtos, ainda que a alimentação se destaque, mas não podemos esquecer, por exemplo, o site de entrega “mercado livre”. Com o retorno das pessoas frequentando os locais de lazer e compras, esse serviço de entregas pode ter diminuído em relação ao que foi em 2021, mas certamente veio para ficar e tende, com o tempo a crescer. Esse serviço trouxe comodidade para muita gente, além de ajudar aqueles que também têm uma jornada de trabalho extensa que tem pouco tempo para pesquisar e fazer compras, especialmente quando não é algo de uso pessoal, por exemplo.

Num momento de crise, essas atividades ajudaram como meio de sobrevivência, mas podem se tornar uma atividade importante para gerar postos de trabalho e, assim, será preciso repensar as normas e criar uma regulação que garanta uma remuneração adequada e proteção nos momentos de infortúnio a esses profissionais. Talvez esse seja o maior desafio do governo, pois o contexto atual é muito diferente de 20 anos atrás o que



exigirá, a nosso ver, uma solução inovadora. No caso específico das plataformas transnacionais, será importante observar a experiência internacional em regular essas atividades e testar o que funciona no mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, talvez surjam iniciativas para se acordar uma regulação que extrapole o nível nacional e se possa fazer uma regulação transnacional, mas isso dependeria de grande articulação multinacional, talvez coordenada pela OIT.